

interesse ainda maior em limitar o seu desenvolvimento, em contê-lo nos limites de sua conveniência.

É fácil verificar, desde logo, que a independência será uma, isto é, terá determinada profundidade, quanto às alterações a que corresponderá, na medida em que cada classe ou camada social participar de seu processo e influir nele, comandando-o ou seguindo apenas aquela que comanda. Teoricamente — na verdade, a realidade do tempo não colocou tais alternativas — a independência terá cunho revolucionário se for comandada pela classe que fornece o trabalho; será libertadora e alterará fundamentalmente a estrutura social. Será conservadora, se a classe dominante tiver condições de comandá-la e limitar aos seus interesses o alcance do processo. Será liberal, flutuando entre os dois extremos, sempre mais próxima do extremo conservador, se nela tiver papel eminente a camada média, ou pequena burguesia. Assim, *conforme a classe que comandar o processo, ele terá determinado conteúdo*, ou, dito com outras palavras, *todo processo político tem o seu conteúdo, isto é, o seu alcance e profundidade, na dependência da classe que o comandar ou da composição de forças que o efetivar*.

Com o advento da Corte portuguesa, em 1808, e as circunstâncias decorrentes, mesmo depois do regresso daquela Corte à metrópole, colocado no centro dos acontecimentos o regime de monopólio, a classe dominante colonial passou a participar mais ou menos ativamente no processo, assumindo o comando das ações. Para as demais classes e camadas sociais, tratava-se de saber se deviam ou não participar, se o processo, assim limitado, interessava ou não a elas. Consciente ou inconscientemente, adotaram a participação, na medida do nível de compreensão política e de organização de seus componentes. Assim, na prática, atenderam ao princípio de que *cada etapa contém em germe a etapa seguinte* e nenhuma classe ou camada deve permanecer omissa no processo político apenas porque os seus objetivos específicos não estão ao alcance imediato, as suas metas não foram colocadas.²⁶

²⁶ “O fato de estar englobado na revolução burguesa, inserido nela, não significa, entretanto, que o processo da independência seja, nas áreas coloniais, uma revolução burguesa. Ele assume esse caráter em parte — e, na medida em que assume, gera a contradição do norte manufatureiro com o sul agrícola e escravocrata — no caso dos Estados Unidos, por força de condições concretas ali vigentes, as que justificam a tese de que não houve, a rigor, naquele caso, passado colonial. Mas não o pode assumir nas áreas de dominação ibérica, que não apresentam as condições necessárias para que nelas ocorra a revolução burguesa. Não apresentam tais condições justamente por serem, de forma caracterizada, no exato sentido da expressão, áreas coloniais”. (Nelson Werneck Sodré: *op. cit.*, p. 180/181). É o que analisa, também, um mestre: